

Lição 4 - Distinção do Sentido do Intellecto. Erro, Imaginação e Opinião

TEXTO 427a16-427b26 - LIVRO III, CAPÍTULO III

DISTINÇÃO DO SENTIDO DO INTELECTO

ERRO

IMAGINAÇÃO E OPINIÃO

Agora, se a alma é definida principalmente por duas diferenças, pelo movimento no lugar e pelo que é entender, discernir e sentir, pareceria que tanto entender quanto julgar são uma espécie de percepção sensorial — pois em ambos os casos a alma discerne e conhece a realidade. §§ 615-16

De fato, os primeiros filósofos diziam que o julgamento racional e a sensação eram a mesma coisa, como quando Empédocles afirma: "A vontade aumenta no homem no momento presente" e, em outro lugar: "Donde sempre lhes oferece novos objetos de conhecimento." No mesmo sentido está aquele verso de Homero: "A mente dos mortais é tal como o pai dos deuses e dos homens traz à luz." §§ 617-21

Todos estes supõem que o intellecto seja algo corpóreo, como a sensação, e que tanto sentir quanto julgar ocorrem pelo "semelhante ao semelhante", como explicamos no início deste tratado. §§ 622-3

Mas eles deveriam ao mesmo tempo ter tratado do erro, que é um estado mais natural aos animais [do que a verdade], e no qual a alma passa a maior parte do seu tempo. Assim, deve-se concluir, ou que tudo o que parece é realmente (como alguns defendem) ou que o erro é um contato com o dessemelhante, sendo este o contrário de conhecer o semelhante pelo semelhante. §§ 624-7

Pareceria, no entanto, que o erro e o conhecimento são os mesmos com relação aos contrários. § 628

Agora deve ser evidente que o julgamento racional e a sensação não são a mesma coisa. Esta última está em todos os animais, o primeiro apenas em poucos. § 629

Tampouco o entendimento [é o mesmo que a sensação]. Ele pode ser correto ou incorreto — correto como prudência, ciência e opinião sólida; incorreto como o oposto destes. Isso não é o mesmo que a sensação. Pois a sensação é sempre verdadeira em relação aos seus objetos próprios e é encontrada em todos os animais, enquanto a inteligência é às vezes acompanhada de erro e não é encontrada em nenhuma espécie que careça de razão. §§ 630-1

Pois a imaginação é diferente tanto da sensação quanto do intelecto. No entanto, ela não pode ocorrer sem a sensação, e sem ela não há opinião. § 632

É evident que a opinião e a imaginação não são idênticas. Este último estado surge em nós à vontade, como uma imagem diante de nossos olhos, semelhante às imagens empregadas por aqueles que cultivam o treinamento da memória. Mas a opinião não está em nosso poder dessa maneira; ela deve expressar o verdadeiro ou o falso, por necessidade. § 633

Além disso, quando pensamos que algo é árduo ou temível, somos imediatamente afetados emocionalmente; e da mesma forma, se houver ocasião para confiança. Mas na imaginação, é como se estivéssemos contemplando numa pintura coisas árduas ou encorajadoras. §§ 634-5

Existem, além disso, os vários modos de fazer um julgamento: a ciência especulativa, a opinião e a prudência; com seus contrários. Que a questão de suas diferenças seja discutida em outra ocasião. § 636

COMENTÁRIO DE SÃO TOMÁS

LIÇÃO QUATRO

§ 615. Após mostrar que perceber os atos dos sentidos particulares e discriminar entre seus vários objetos são atividades que não estão além do alcance da sensibilidade como um todo, o Filósofo agora se volta para a questão de saber se o julgamento racional e o entendimento estão além desse alcance. E ele faz duas coisas aqui: primeiro, prova que o julgamento racional e o entendimento não são atividades do sentido, o que equivale a mostrar que o sentido e o intelecto são faculdades distintas; em segundo lugar, em 'Pois a imaginação é outra etc.', ele mostra que a faculdade formadora de imagens, que é uma espécie de sentido, é outra que não o poder de formar opiniões, o que pertence à razão. O primeiro argumento subdivide-se em (1) uma exposição da teoria da identidade do sentido e do intelecto, e (2) uma refutação desta teoria. À própria exposição ele acrescenta uma explicação da origem desta teoria, e também algumas observações de certos filósofos, que pareciam relevantes.

§ 616. Primeiro, então, ele diz que, como os primeiros filósofos definiam a alma especialmente em termos de movimento local e conhecimento — o que inclui o discernimento racional e a sensação —, pareceria ter sido sua visão que o entendimento e o julgamento eram o mesmo tipo de atividade que o sentir; pois em ambos há discernimento e conhecimento.

§ 617. Em seguida, onde ele diz 'Os primeiros filósofos', ele mostra que isso é mais do que uma mera inferência de seu ensinamento geral, e que eles ensinaram explicitamente que a sensação e o entendimento racional eram idênticos. Mas para compreender as palavras que ele cita aqui

desses filósofos e sua relevância para o argumento presente, temos que considerar que nenhum corpo pode agir diretamente sobre o que é puramente incorpóreo. Ora, as faculdades sensoriais são em parte corpóreas, por causa dos órgãos corporais nos quais existem. Portanto, elas estão sujeitas à influência dos corpos celestes — embora, mesmo assim, apenas indiretamente, pois nem a própria alma nem qualquer de suas potências está diretamente sujeita à ação da matéria corpórea. Consequentemente, a imaginação e o apetite sensorial são modificados de várias maneiras pela influência dos corpos celestes. Os animais brutos são geralmente governados por essa influência, uma vez que são guiados inteiramente por seus sentidos. Portanto, supor que os corpos celestes agem diretamente sobre o intelecto e a vontade é admitir que essas faculdades são corpóreas. E é isso o que alguns dos primeiros filósofos parecem ter dito.

§ 618. Empédocles, por exemplo, dizia que no homem, não menos do que em outros animais, a 'vontade é aumentada', i.e., incitada a agir, 'no momento presente', i.e., de acordo com seu contexto temporal; o que depende da disposição dos astros. É o momento presente que 'sempre lhes oferece', i.e., aos homens e outros animais, 'novos objetos de conhecimento'; pois todos os animais, incluindo os homens, contemplam as coisas de maneira diferente em momentos diferentes.

§ 619. No mesmo sentido, Homero fala da mente do homem mortal sendo 'tal como o pai dos deuses e dos homens' (i.e., o sol) 'traz à luz'. Ele chama o sol de 'pai dos homens' por causa do papel que desempenha na procriação humana; pois o homem nasce do homem e do sol. E ao sol ele chama de 'pai dos deuses', seguindo seja a antiga visão que fazia deuses dos outros astros que, segundo nos dizem os astrônomos, são de alguma forma governados pelo sol, seja seguindo a visão de que certos homens são divinos por serem gerados pela influência solar. E o sol é, obviamente, mais forte durante o dia, enquanto está visível e se movendo pelo hemisfério superior; daí o nome de 'planeta diurno' dado a ele pelos astrônomos. Então, o que Homero está dizendo é que o sol é a causa do entendimento nos homens, e que seu conhecimento das coisas varia com o movimento, a situação e a aparência do sol.

§ 620. Na verdade, Aristóteles cita apenas o início do verso de Homero; nem o texto grego nem o árabe nos dão o restante. Aristóteles confia em que seus leitores se lembrem do todo a partir de uma parte, como quando alguém cita as primeiras palavras de um verso conhecido de qualquer autor. Mas Boécio cita o verso inteiro de Homero, em benefício de seus leitores latinos que não estavam familiarizados com aquele poeta.

§ 621. O que foi dito, então, deixa bem claro que, se os astros têm uma influência direta sobre o intelecto e a vontade, então não há diferença entre o intelecto e os sentidos. Não há dificuldade, no entanto, em admitir uma influência estelar indireta sobre o intelecto e a vontade, na medida em que essas faculdades agem em conjunto com as faculdades dos sentidos. Assim, qualquer dano ao órgão corporal da imaginação impedirá o intelecto; e a vontade é incitada a escolher ou não escolher pelo desejo sensorial. Mas, uma vez que a vontade nunca é arrastada por necessidade, mas permanece livre para seguir ou não os impulsos do desejo, as ações humanas nunca são completamente determinadas pelas influências astrais.

§ 622. Em seguida, ele expõe a razão pela qual essa opinião surgiu. Se você remove aquilo pelo qual as coisas diferem, elas permanecem as mesmas; e se a racionalidade é removida do homem,

ele permanece simplesmente um animal. Ora, a diferença entre a cognição intelectual e a sensorial é que esta última é corpórea. A sensação não pode ocorrer separada do ato de um órgão corporal, enquanto o entendimento, como provaremos mais adiante, não ocorre por meio de tal órgão. Mas para os primeiros filósofos, o entendimento parecia uma ação corpórea como a sensação; daí eles supuseram que o intelecto e o sentido eram o mesmo.

§ 623. E como eles pensavam que ambas as atividades eram corpóreas, ele explica em seguida, dizendo que eles sustentavam que os atos de discernimento tanto no intelecto quanto na sensação surgiam da presença de uma semelhança de um objeto (como foi dito no Livro I) no sujeito cognoscente; e eles pensavam que essa semelhança era essencialmente corpórea, de modo que a terra era conhecida pela terra e a água pela água, e assim por diante com outros objetos. E, conseqüentemente, tanto o sentir quanto o entender eram concebidos como funções da natureza corpórea e, portanto, fundamentalmente os mesmos.

§ 624. Ele prossegue agora, em 'Mas eles deveriam', para criticar essa opinião, primeiro com relação à premissa da qual depende e, em seguida, em 'portanto, é evidente', diretamente em si mesma. Assim, ele observa, primeiro, que os filósofos que explicavam o conhecimento pela presença de uma semelhança deveriam também ter dado alguma explicação do erro; pois o erro parece ser ainda mais natural aos animais, como eles realmente são, do que o conhecimento. Pois a experiência prova que as pessoas facilmente se enganam e se iludem, enquanto para chegar ao conhecimento verdadeiro elas precisam ser ensinadas por outros. Além disso, a alma está envolvida no erro por mais tempo do que gasta conhecendo a verdade, pois para adquirir esse conhecimento, mesmo um longo curso de estudo dificilmente é suficiente. (Ora, este argumento é de fato válido contra aqueles primeiros filósofos que consideravam o conhecimento como natural à alma no sentido de que a alma, sendo constituída dos primeiros princípios das coisas, conhecia tudo o que podia ser conhecido, e o conhecia atualmente, não meramente em potência.)

§ 625. Mas a objeção de Aristóteles poderia ser respondida de duas maneiras. Poder-se-ia dizer que, como os primeiros pensadores não admitiam a existência do erro (sua visão sendo, como vimos, que tudo o que parecia ser verdadeiro era verdadeiro), eles não precisavam explicar o erro.

§ 626. Em segundo lugar, poder-se-ia responder que explicar o conhecimento como um contato da alma com o que é semelhante a si é implicitamente explicar o erro como o contato da alma com o que é dessemelhante a si. Portanto, do fato de que os primeiros pensadores não prestaram contas explicitamente do erro, ele infere que ou eles identificavam a verdade com as aparências, ou que sustentavam que a alma se desviava para o erro ao tocar coisas dessemelhantes a si; já que tocar o dessemelhante parece o oposto de conhecer o semelhante.

§ 627. A primeira alternativa é refutada no Livro IV da *Metafísica*.

§ 628. Assim, ele passa a examinar a segunda alternativa, em "pareceria". O semelhante e o dessemelhante são obviamente contrários. Mas no conhecimento e no erro, a relação com qualquer um dos dois contrários é a mesma: se você conhece um, conhece o outro; se você erra sobre um, erra sobre o outro. Por isso ele diz que conhecimento e erro são aparentemente a mesma coisa com respeito aos contrários. Segue-se que tocar uma coisa semelhante não pode causar conhecimento verdadeiro se tocar uma coisa dessemelhante causa erro; pois nesse caso,

alguém conheceria um de um par de opostos e estaria enganado sobre o outro.

§ 629. Então, em "Agora, deve ser evidente", ele ataca a teoria em questão diretamente e mostra que nem o juízo racional nem o entendimento são o mesmo que a sensação; eles pertencem ao conhecimento intelectual. Ora, o intelecto, enquanto julga, diz-se ter sabedoria, enquanto apreende, diz-se entender. Mostrando, portanto, que o juízo racional e a sensação diferem, ele argumenta assim: a sensação pertence a todos os animais, mas a sabedoria é encontrada apenas em alguns; portanto, eles diferem. E ele atribui o juízo sábio a "poucos animais", e não exclusivamente ao homem, porque mesmo certos animais brutos têm uma espécie de prudência ou sabedoria, na medida em que formam instintivamente juízos corretos sobre o que precisam fazer.

§ 630. Em segundo lugar, em "Nem de novo", ele mostra a diferença entre entendimento e sensação; e isso de duas maneiras; sendo a primeira a seguinte. O entendimento pode ser "correto" ou "incorreto". O entendimento "correto" diz respeito ou a verdades especulativas e necessárias, e então é chamado de científico; ou a uma ordenação correta da ação prática na esfera do contingente, e então é parte da prudência; ou a uma de duas alternativas, mas sem decidir definitivamente a favor desta, e ainda admitindo que a outra poderia ser a verdade; nesse caso, forma uma opinião razoável. O entendimento "incorreto" é, em cada caso, o oposto do entendimento correto; resulta em ciência espúria, decisões imprudentes ou opiniões tolas. A sensação, por outro lado, só pode ser "correta", pois os sentidos são infalíveis com respeito aos seus objetos próprios. Portanto, sensação e entendimento são diferentes.

§ 631. E como se poderia objetar que o entendimento "correto", pelo menos, é o mesmo que a sensação, ele acrescenta que a sensação é encontrada em "todos os animais", enquanto o entendimento é encontrado apenas em animais racionais, isto é, em homens. Pois é próprio do homem chegar a um entendimento da verdade inteligível por meio da investigação racional; enquanto as substâncias imateriais, que são num grau mais elevado intelectuais, apreendem a verdade imediatamente, sem ter que raciocinar sobre ela. Portanto, o entendimento "correto" não é o mesmo que a sensação.

§ 632. Em seguida, quando ele diz "Pois a imaginação", mostra a diferença entre opinião, que é do intelecto, e imaginar, que é dos sentidos. E aqui ele faz duas coisas: primeiro, mostra que imaginar não é opinião; depois, estuda a natureza do imaginar, em "Sobre o entendimento". O primeiro subdivide-se em três partes. Primeiro, ele afirma seu objetivo, dizendo que outra maneira de apreender a diferença entre sentido e intelecto é considerar que o imaginar difere de ambos, no entanto pressupõe a sensação (como será mostrado depois), e ele próprio é pressuposto pela opinião. Pois parece que, assim como o imaginar está para os sentidos, a opinião está para o intelecto. Quando sentimos qualquer objeto sensível, afirmamos que ele é tal e tal; mas quando imaginamos qualquer coisa, não fazemos tal afirmação, meramente declaramos que tal e tal parece ou aparece para nós. A própria palavra "imaginar" é tirada de ver ou aparecer. Similarmente, quando entendemos um objeto inteligível, afirmamos que ele é tal e tal; mas quando formamos opiniões, dizemos que tal e tal parece ou aparece para nós. Pois, assim como o entendimento depende da sensação, a opinião depende do imaginar.

§ 633. Em segundo lugar, em "É evidente", ele prova por dois argumentos a diferença entre opinião e imaginação. O primeiro é este. Imagens podem surgir em nós à vontade, pois está em nosso poder fazer as coisas aparecerem, por assim dizer, diante de nossos olhos — montanhas douradas, por exemplo, ou qualquer outra coisa que desejemos, como as pessoas fazem quando recordam experiências passadas e as formam à vontade em quadros imaginários. Mas não somos livres para formar opiniões como desejamos; não se pode formar uma opinião sem apoiá-la em alguma razão, verdadeira ou falsa. Portanto, opinião não é o mesmo que imaginação.

§ 634. O segundo argumento, em "Além disso, quando", é este. A opinião tem um efeito imediato sobre nossa natureza afetiva; tão logo opinamos que algo é desagradável ou assustador, sentimos tristeza ou medo. Assim também, se algo é pensado como encorajador ou promissor, imediatamente nos sentimos esperançosos ou alegres. Mas não é assim com o imaginar; pois enquanto algo aparece meramente imaginativamente para nós, é como se estivéssemos meramente olhando para gravuras de objetos assustadores ou encorajadores. Portanto, a opinião difere do imaginar.

§ 635. Ora, a causa dessa diferença é que nossa natureza afetiva não é impressionada ou influenciada pela mera visão das coisas provocada pelo imaginar; mas apenas pelas coisas consideradas como boas ou más, úteis ou prejudiciais; e isso, no homem, pressupõe a opinião com seus juízos positivos ou negativos quanto ao mal e ao terrível ou ao desejável e ao encorajador. O mero imaginar não emite juízo sobre as coisas. Em animais brutos, no entanto, o poder afetivo é influenciado pelo instinto natural; que desempenha o mesmo papel neles que a opinião no homem.

§ 636. Em terceiro lugar, em "Há, além disso", ele comenta que das muitas formas de juízo intelectual, tais como ciência, prudência e opinião, com seus contrários, ele não pretende tratar aqui. Elas são tratadas em outra parte, na *Ética*, Livro VI.

Revision #1

Created 4 October 2026 20:00:08 by Admin

Updated 4 October 2026 20:01:02 by Admin